



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** **SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/2025**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, visa instituir a Frente Parlamentar em Defesa da Cozinha Solidária com o objetivo de apoiar, incentivar e salvaguardar o importante trabalho da Cozinha Solidária.

Segundo a justificativa do projeto, a “Cozinha Solidária foi criada pelo MTST em março de 2021 com o propósito de ajudar a combater a fome em um período de crise sanitária, social, econômica e política que tirou mais de 700 mil vidas (...). Nesses mais de quatro anos, desde a inauguração da primeira Cozinha Solidária do MTST, elas estão presentes em todas as regiões do país, contando hoje com 53 cozinhas que garantem alimentação de mais de 12 mil pessoas de baixa renda. São mais de 6 milhões de marmitas distribuídas e quase 4,5 milhões de quilos de alimentos produzidos. Além disso, o projeto oferece oficinas, rodas de conversa, atendimento jurídico, psicológico, e de saúde, saraus e cursos de alfabetização para a comunidade, funcionando como um equipamento social importante em locais carentes desses espaços de convivência”.

De acordo com o art. 2º, a Frente Parlamentar terá caráter suprapartidário e será constituída mediante a livre adesão dos (as) Vereadores (as) com a finalidade de contribuir com o aprofundamento de estudos, pesquisas, debate, formulação e implementação de políticas públicas que busquem demonstrar o impacto positivo da adoção da Cozinha Solidária na cidade de São Paulo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “que visa conferir prazo determinado à Frente Parlamentar que se extinguirá ao término desta legislatura”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em